



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Pregão Presencial SRP nº. 034/2010

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de software de gestão tipo ERP com prestação de serviços de implantação, treinamento, migração, customização e manutenção.

Assunto: Parecer do Pregoeiro acerca de Recurso impetrado pelas empresas NETSOFT SISTEMAS INTEGRADOS E HOST LTDA, TOTVS S.A. E CONSIST SOFTWARE LTDA e Contra-Razões apresentadas pela empresa IMPLANTA INFORMÁTICA LTDA.

1- RELATÓRIO DOS ATOS REALIZADOS NA SESSÃO PÚBLICA:

No dia 03/05/2010, realizou-se na sala 02 do 8º andar do Edifício sede do Coren/SP, a Sessão Pública do Pregão Presencial em epígrafe, oportunidade na qual compareceram 05 (cinco) licitantes.

Procedida à fase de credenciamento, na qual todas as licitantes apresentaram representantes aptos a participar da Sessão, foram recolhidos junto aos participantes os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos de habilitação.

Abertos os envelopes com as Propostas Comerciais, nenhuma delas foi desclassificada. Houve alguns erros formais que foram sanados visando sempre garantir a ampliação da concorrência para a contratação do melhor preço sem prejuízo do objeto e do valor total das propostas.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Foram selecionadas dentre os Autores das demais, as Licitantes que participaram da Fase de Lances em razão dos preços propostos, nos termos dos incisos VIII e IX do artigo 4º da Lei federal nº 10.520, de 17/07/2002.

Transcorridas as etapas de lances e de habilitação, tendo sido declarada vencedora a licitante IMPLANTA INFORMÁTICA LTDA, que apresentou a proposta de menor valor na fase de lances. Na fase de habilitação, devido à indisponibilidade de consulta dos documentos por meios eletrônicos, a autenticidade dos documentos seria verificada no ato da contratação e tendo o resultado publicado no site deste Conselho.

Finalizando-se a Sessão com a formalização da Ata, oportunidade na qual as empresas NETSOFT SISTEMAS INTEGRADOS E HOST LTDA, TOTVS S.A. E CONSIST SOFTWARE LTDA manifestaram intenção de interpor recurso. Desta forma, foi aberto o prazo de 03 dias úteis para apresentação de Razões Recursais, ficando, após isso, disponível o mesmo prazo para as Contra-Razões.

Os Instrumentos Recursais e Contra-recursais foram apresentados tempestivamente e foram publicados no *site* do COREN-SP.

É o relatório dos fatos ocorridos.

2- DO RECURSO INTERPOSTO:

Conforme registrado na Ata da Sessão Pública, as Licitantes manifestaram intenção de recorrer, consignando os seus motivos, conforme segue:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

NETSOFT SISTEMAS INTEGRADOS E HOST LTDA

"O Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa vencedora não atende o que está sendo exigido e a inexequibilidade do valor e a sua composição".

TOTVS S.A.

"A licitante Implanta apresentou proposta comercial em desacordo com item 5.1.3 do edital. O Atestado de Capacidade Técnica não apresenta a descrição dos módulos do projeto e do sistema a fim de observar a similaridade entre os serviços conforme item 6.1.4 do edital".

CONSIST SOFTWARE LTDA

"O Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa Implanta não especifica os sistemas que serão implantados no COREN-SP, inclusive o sistema de recursos humanos".

Em seus instrumentos recursais as recorrentes afirmam o que segue:

Do Atestado de Capacidade Técnica:

Em suas Razões Recursais a recorrente NETSOFT afirma que "o Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela IMPLANTA não atende ao que foi exigido no item 6.1.4.1. do Edital" transcrito abaixo:

"6.1.4.1. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a licitante prestou ou presta serviços, o(s) qual(is) será(ão) analisado(s) pela Administração contratante, a fim de verificar se há similaridade entre os serviços prestados e os que se pretende contratar".



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

A empresa NETSOFT, através de fundamentos e citações constantes no instrumento recursal anexado a este processo, afirma que o aceite do atestado fere os princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório. Sustenta ainda que os pareceres do pregoeiro e da Administração devem obrigatoriamente se pautar pelos princípios que regem as Licitações, pois a Administração não é livre para agir e só age “secundum legis” com conteúdo e sob a forma prevista em lei. Expõe ainda que os Princípios são os alicerces das normas e que “Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer” e “é a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade”.

Em suas Razões Recursais a recorrente TOTVS afirma que a IMPLANTA apresentou apenas 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica e na composição deste “não há informações suficientes para a comprovação da “similaridade” com o objeto a ser contratado, como por exemplo, quais são os módulos implantados no cliente? Quantos usuários utilizam a solução? Quanto tempo durou a implantação?”. Desta forma, a IMPLANTA teria descumprido o item 6.1.4.1. do instrumento convocatório.

A TOTVS alega que a IMPLANTA não apresentou os dados necessários e fundamenta que a comprovação da capacidade técnica é indispensável e caso seja ignorado pode trazer sérios prejuízos aos cofres públicos porque “implicam na qualidade do produto apresentado” e deixa “incerta a futura execução do contrato”.

A TOTVS através de seu instrumento recursal fundamenta que a necessidade de comprovação da capacidade técnica evita “insucessos dos contratados na execução do objeto” e evita que o “contratante não fique a mercê de “licitantes aventureiros” e tenha maior garantia na qualificação do pessoal da contratada”.

Em suas Razões Recursais a recorrente CONSIST afirma que a IMPLANTA deveria “comprovar, no mínimo, o fornecimento de todos os módulos licitados, mormente porque segundo o



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

instrumento convocatório, há exigência da “similaridade entre os serviços prestados e os que se pretende contratar” (item 6.1.4.1)”. Salieta que “em total arrepio ao que dispõe o Edital” o Atestado apresentado pela IMPLANTA não contemplou o “módulo de folha de pagamento e gestão de pessoas”, um dos principais componentes do objeto licitado.

Da Inexeqüibilidade do valor e sua composição:

A empresa NETSOFT afirma que a proposta da IMPLANTA é inexeqüível e afronta a Lei 8.666/93 conforme segue:

“Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 3º Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração”.

E ainda:

“Art. 48. Serão desclassificadas:”

“II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação”.

“§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexeqüíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)”

“a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)”

“b) valor orçado pela administração”.

A empresa NETSOFT fundamenta e cita através do seu recurso que a desclassificação de uma proposta inexequível evita a “armadilha” da reivindicação de revisão de preços e é por este motivo que deve ter “todos os cuidados legais na delimitação da proposta inexequível”.

A empresa fundamenta ainda que a proposta vencedora deva ser a mais barata desde que seja a mais vantajosa para a Administração, ou seja, não necessariamente a proposta com menor preço em números absolutos, pois é necessário incluir no preço todos os encargos necessários à execução do contrato.

Da Proposta Comercial:

A empresa TOTVS em seu instrumento recursal afirma que a Proposta Comercial está em desacordo com o item 5.1.3 do Edital transcrito abaixo:

“5.1.3. Descrição sucinta do objeto da presente licitação em conformidade com o ANEXO II - OBJETO;”

A TOTVS sustenta que a qualidade do produto ofertado é duvidosa porque “a proposta deveria conter todas as informações dispostos no anexo II de forma sucinta, garantindo melhor detalhamento do objeto licitado”. Contudo a “IMPLANTA apresentou somente a planilha da proposta contida no Anexo VII”. A TOTVS considera que a proposta “deveria também conter os seguintes detalhamentos: fornecimento (qual produto



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ofertado e seus módulos para atendimento aos requisitos funcionais?); Implantação, Treinamento, Migração e Customização (qual o Plano de Trabalho e a Metodologia utilizada?) Manutenção (quais é a estrutura da empresa para o atendimento ao item e como será realizado?)". Deste modo, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório estaria descumprido o que viola outros princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: o da moralidade, a da isonomia e o da legalidade. Assim tornando o ato ilegal.

Dos Pedidos:

A CONSIST requer a inabilitação técnica da IMPLANTA, declarando a nulidade "ex tunc" de sua proposta e reinício da etapa de lances com a três melhores propostas remanescentes. Requer ainda que seu recurso seja dirigido à autoridade superior para que esta possa, ao final, julgá-lo totalmente procedente por medida de inteira JUSTIÇA!

A TOTVS solicita o provimento ao seu recurso, inabilitando a IMPLANTA por descumprimento às normas editalícias bem como por não comprovar sua capacidade técnica, por esta ser a única medida que preserva a isonomia e a legalidade, passando para a próxima fase convocando as empresas remanescentes para a assinatura do contrato. Requer o envio do seu recurso à autoridade superior hierárquica para conhecimento e julgamento.

A NETSOFT requer a desclassificação da IMPLANTA por ter cotado um preço totalmente inexequível e apresentado um atestado de capacidade técnica que não atende o que exige o instrumento convocatório. Nestes termos pede e espera deferimento.

3- DAS CONTRA-RAZÕES APRESENTADAS:

No que se refere à IMPLANTA, em suas Contra-Razões Recursivas, a empresa informa que se especializou no desenvolvimento de softwares e prestação de serviços exclusivamente para Conselhos de Profissão e que vem atuando em mais de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

350 Conselhos, o que lhe credencia como a empresa brasileira líder absoluta neste segmento com um portfólio de 14 produtos destinados a automação de tais entidades. A empresa apresentou uma tabela com 351 empresas do segmento.

Como o fator mais questionado pelas concorrentes é o Atestado de Capacidade Técnica, a empresa informa que o mesmo foi emitido pelo Conselho Federal de Psicologia, seu primeiro cliente em que atua desde 1989 (há 21 anos) e atualmente utiliza 9 produtos que compõe o seu sistema de gestão.

Informa que apresentaria outros atestados, mas entendeu que este atendia à solicitação do Edital.

Em relação ao questionamento comum das empresas CONSIST, TOTVS E NETSOFT sobre o Atestado de Capacidade Técnica descrito no item 6.1.4.1 do Edital, interpreta o que se segue:

1. Não há exigência que sejam descritos os módulos que seus clientes utilizam;
2. No seu Atestado o Conselho Federal informa que utiliza **Sistema de Gestão** (objeto deste pregão) fornecido pela IMPLANTA;
3. Na análise a ser feita pela contratante, conforme preconiza o citado item do Edital, poderá constatar junto àquele Conselho a lista dos módulos em questão.

Desta forma entendeu que o Atestado está em conformidade com o que é lícito e não há motivo de contestação.

Em relação ao questionamento da NETSOFT sobre a inexequibilidade da proposta da IMPLANTA, esta informa que seus preços não são simbólicos, irrisórios e nem de valor zero. Desta forma, não contraria ao disposto no Art. 44, parágrafo 3º da Lei 8.666/93.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

No parágrafo 1º para os efeitos do disposto no inciso II do Art. 48 da Lei 8.666/93, a empresa diz que fica evidente a forma de constatação de preços inexeqüíveis aplicada a obras e serviços de engenharia e não para a contratação de empresa especializada para fornecimento de software.

Esclarece que os preços propostos correspondem aos que tem praticado junto ao mercado de Conselhos de Profissões.

De acordo com a IMPLANTA, a TOTVS afirma que a Proposta Comercial “está em desacordo com o Item 5.1.3 – Descrição Sucinta do Objeto”

A IMPLANTA informa que produziu sua Proposta dentro da estrita conformidade com o Anexo VII, seguindo o próprio modelo na sua forma integral.

Na visão da IMPLANTA, o conceito de sucinto no Edital é contrário ao que a TOTVS propõe que é o “maior detalhamento” na proposta e que a IMPLANTA devesse colocar “**todas as informações**” (grifado pela Implanta) dispostas no Anexo II, garantindo um **maior detalhamento** (grifado pela Implanta) do objeto licitado”

De acordo com a IMPLANTA a TOTVS diz que a Proposta deveria conter detalhes como os nomes dos produtos e dos módulos para atendimento aos requisitos funcionais. A IMPLANTA esclarece que na elaboração da Proposta “foi observada a estrita conformidade com o Edital, o qual por sua vez sequer sugere que sejam acrescentadas tais informações nas propostas oferecidas”.

A IMPLANTA considera “inócuas as colocações da referida empresa quanto a necessidade da apresentação na Proposta dos planos de implantação, treinamento e customização”. Afirma que “O Edital apenas indica, de forma clara, que tais ações deverão ser realizadas pela empresa vencedora após a contratação. Prova disso é que não há distinção entre as etapas de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

planejamento e de execução das ações a serem realizadas após a contratação, como por exemplo: Item 2.3 – Definir logística de implantação e 2.5 – Fornecimento e instalação do sistema.

Através do exposto, a IMPLANTA observa que a TOTVS sugere que “há um conjunto de elementos, na sua interpretação, exigidos pelo Edital e que de fato não estão sugeridos ou comentados sequer”.

Em suas considerações finais, a IMPLANTA informa que em 2009 o CREA/SP “realizou licitação para a aquisição de software de gestão muito semelhante ao deste pregão, e na oportunidade a IMPLANTA foi a vencedora ofertando preços semelhantes, e hoje o Conselho desfruta de elevado nível de automação dos seus processos sem nenhum custo adicional ao contido na proposta original.

Desta forma, a IMPLANTA diz estar certa de “que os recursos não tem sustentação perante ao que consta no ato convocatório bem como no decreto 8.666/93”.

4- MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO:

Tendo em vista os pronunciamentos das Recorrentes e da Recorrida, passo a ponderar:

- No que se refere às afirmações feitas pelas recorrentes, de que o Atestado de Capacidade Técnica não atenderia ao item 6.1.4.1. do Objeto do Edital, afirmo que a similaridade é considerada no sentido mais amplo sendo considerados similares os sistemas corporativos padrão que é o objeto deste pregão. Não são solicitados sistemas específicos para gestão de Conselhos de Profissão, porém sistema de gestão de um Conselho como consta no Atestado apresentado, por si só comprova a similaridade com sistemas de gestão que o COREN-SP poderia adquirir. Ademais, foi realizada consulta à área interna ao COREN-SP competente para analisar questões técnicas desta ordem (Gerência de Tecnologia da Informação),



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

que se manifestou com o entendimento de que o Atestado da licitante vencedora atende por completo ao Edital do presente certame, ratificando a compatibilidade do produto ofertado com o que se exige no item 6.1.4.1. do Objeto.

- No que se refere à afirmação feita pela NETSOFT, de que a Proposta Comercial seria inexecutável, entendo não ter havido, nas razões recursais apresentadas, qualquer inovação que comprovasse o que se afirma. Não houve por parte da recorrente a demonstração de que a Proposta é inexecutável, ela deveria ter apresentado planilhas para comprovar que a Proposta é manifestamente inexecutável. Se bem que a recorrida não demonstrou a executabilidade da Proposta, porém no seu recurso afirma que é perfeitamente executável porque pratica os preços propostos.

Observo que das quatro empresas que concorreram com a IMPLANTA, apenas a NETSOFT considerou a Proposta inexecutável o que considero como relevante ao passo que foi muito mais contestado (por 3 empresas) o Atestado de Capacidade Técnica. Por este motivo considero que não seja flagrante a inexecutabilidade da proposta.

- No que se refere à afirmação feita pela TOTVS, de que a Proposta não atenderia ao item 5.1.3, esclareço que está correto o entendimento da IMPLANTA em apresentar somente a planilha do Anexo VII porque este anexo foi feito de forma que trouxe-se um modelo de proposta com as informações sucintas do Anexo II.

Transcrevo o item 5.1. logo abaixo:

“5.1. A proposta comercial deverá ser por escrito, redigida, **facultativamente**, conforme o ANEXO VII–PROPOSTA COMERCIAL e deverá conter os seguintes elementos:”

Conforme se observa, as empresas poderiam ou não se utilizar do modelo de proposta (Anexo VII). Caso não se utilize do



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Anexo VII como modelo, a proposta apresentada teria que ter sucintamente as informações do Anexo II para agilizar a análise da proposta durante o pregão.

5- CONCLUSÃO:

Face ao exposto, julgo improcedente os recursos das empresas recorrentes, ficando mantida a adjudicação à IMPLANTA INFORMÁTICA LTDA.

Feitas estas considerações, remete-se o caso à Autoridade Competente do COREN/SP para apreciação e decisão sobre a ratificação da decisão do Pregoeiro.

São Paulo, 14 de maio de 2010.

ELSON ALMEIDA STECHER
Pregoeiro